



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA DE PALHANO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23.11.2022/01**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 30.11.2022.01-DIV**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**15. DO OBJETO**

**14.11.** Aquisição de combustíveis automotores, para suprir as necessidades dos veículos das frotas dos órgãos da Prefeitura de Palhano, Estado do Ceará.

**16. DAS ESPECIFICAÇÕES**

a. Especificações:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade
1	Gasolina comum	303.000,00	Litro
2	Etanol	31.500,00	Litro
3	Óleo diesel S-10	408.500,00	Litro
4	Óleo diesel S-10	26.500,00	Litro

**17. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

a. Trata-se de aquisição eu visa a manter a regularidade do abastecimento de combustível e a manutenção de componentes mecânicos e eletrônicos da frota de veículos dos órgãos da Prefeitura de Palhano, uma vez que o consumo desses materiais é constante, diário, e a sua paralisação acarretaria prejuízos nas atividades administrativas e na prestação de serviços essenciais à população do município.

**18. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

a. Os produtos a serem adquiridos se constituem em bens comuns, conforme disposições contidas no Art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/02.

**19. DA JUSTIFICADA DO USO DO SISTEMA DE PREÇOS**



a. O uso do Sistema de Registro de Preços se justifica em virtude da conveniência na aquisição de bens para atendimento de mais de um órgão ou entidade, conforme disposto no Decreto Municipal nº 859-A/2018, de 1º de fevereiro de 2018.

## 20. DA FORMA DE FORNECIMENTO E DAS ALTERAÇÕES

- a. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Fornecimento parcelado.
- b. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 21. DA FORMA DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

a. Os produtos serão fornecidos conforme discriminado abaixo:

- i. O abastecimento dos veículos dos Órgãos Secretaria de Governo e Articulação Institucional, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social será efetuado de forma parcelada, obedecendo às normas da Agência Nacional de Petróleo - ANP, nos postos de revenda de combustíveis credenciados pelo CONTRATADO, não se admitindo recusa da parte do CONTRATADO em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;
- ii. O CONTRATADO deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência;
- iii. Os combustíveis que apresentarem, nos casos comprovados pela fiscalização competente, densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, bem como a presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos, serão recusados e deverão ser substituídos pelo CONTRATADO, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da formalização da recusa;
- iv. O abastecimento dos veículos dos Órgãos Secretaria de Governo e Articulação Institucional, Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, ocorrerá em rede de postos de abastecimento disponibilizados pelo CONTRATADO, em conformidade com as Ordens de Abastecimento ou Ordens de Compra, de segunda a domingo a critério do Órgão contratante;
- v. O abastecimento de combustíveis poderá ser autorizado expressamente pelo Órgão contratante através de requisição própria em caráter eventual;



- vi. O CONTRATADO deverá indicar, conforme o caso, os horários de funcionamento de sua rede, indicando, em destaque aqueles que trabalham em sistema de 24 horas;
- vii. Os veículos serão abastecidos conforme as necessidades e missões a cumprir;
- viii. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Órgão contratante, se constatado, será considerado uma falha e as despesas efetivadas serão suportadas pelo CONTRATADO;
- ix. Deverá ser disponibilizado posto ou rede de postos para o fornecimento de combustíveis, cobrindo todos os locais estratégicos dentro de Palhano, todos os dias da semana, certificados pela ANP, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos do Órgão contratante;
- x. Todas as promoções e descontos propiciados pelos estabelecimentos de abastecimento deverão ser repassados ao Órgão contratante, sendo que o preço promocional e/ou à vista deverá ser aplicado ao pagamento à empresa, sem discriminação, sempre considerando o menor preço que estiver sendo praticado no estabelecimento;
- xi. Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios praticados pelo Estado do Ceará divulgados pela Agência Nacional do Petróleo;
- xii. A localização dos estabelecimentos de abastecimento deverá atender os seguintes requisitos:
  1. Distar, no máximo, 4 km do Órgão contratante; ou
  2. Distar, no máximo, 60 km do Órgão contratante quando se tratar de aquisição de produtos com oferta reduzida de mercado, sendo que estes produtos se façam essenciais à execução das atividades do Órgão contratante.
- xiii. O Órgão contratante desconsiderará possíveis transações e respectivos abastecimentos efetuados depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio ao suporte técnico da empresa;
- xiv. O licitante que, após o prazo para o início da contratação, não tenha comprovadamente 01 (um) posto credenciado e operacionalizando, até a distância rodoviária máxima de 4 km para o Órgão contratante e/ou 60 km de distância quando se tratar de produtos com oferta reduzida de mercado, não estará atendendo às especificações exigidas no Edital e seus anexos, terá seu contrato rescindido.

## 22. DO PREÇO



- a. O Licitante deverá ofertar, para cada tipo de combustível, valores em compatibilidade com os preços médios divulgados pela ANP.
- b. Os valores dos combustíveis serão aqueles praticados na bomba, admitindo-se reajuste quando alterados pelo mercado.

### 23. DA ENTREGA E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a. Os produtos serão entregues no Posto de Abastecimento vencedor, com entrega parcelada e contínua mediante a apresentação de Requisições de Abastecimento emitidas e autorizadas pelo contratante.
- b. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.
- c. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do CONTRATADO, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- d. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  - i. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- e. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do CONTRATADO pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 24. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

- a. São obrigações do Órgão contratante:
  - i. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - ii. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta vencedora, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - iii. Comunicar ao CONTRATADO, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - iv. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, através de servidor especialmente designado;
  - v. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- b. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 25. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- a. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- i. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
  - ii. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - iii. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - iv. Comunicar ao Órgão contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - v. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - vi. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
  - vii. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro horas), os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
  - viii. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;
  - ix. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Órgão contratante quanto aos produtos contratados;
  - x. Oferecer a relação dos postos de atendimento pertencentes à sua rede credenciada;
  - xi. Garantir o preço de à vista dos produtos por ela oferecidos;
  - xii. Proporcionar o abastecimento dos veículos e emitir o faturamento considerando o valor do combustível na bomba na hora do abastecimento;
  - xiii. Garantir que os postos conveniados disponibilizem uma via do comprovante da operação para aquisição de combustíveis, no ato do fornecimento;
  - xiv. Proporcionar abastecimento de combustíveis no âmbito do Município de Palhano em posto de atendimento que se localizem a no máximo 4 (quatro) quilômetros do endereço de referência para o Órgão contratante ou 30 (trinta) quilômetros, quando se tratar de aquisição de produtos com oferta reduzida;
  - xv. Garantir que todo combustível registrado pela bomba seja o realmente abastecido no veículo indicado;



1. Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;
  - xvi. Facultar ao fiscalizador do Órgão contratante pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos produtos fornecidos, discriminados, com os respectivos custos;
  - xvii. Garantir a veracidade dos dados apresentados em relatórios;
  - xviii. Relatar ao Órgão contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos produtos e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;
- b. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 26. DA SUBCONTRATAÇÃO

- a. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 27. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- a. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- b. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- c. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 28. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a. Comete infração administrativa, nos termos da legislação vigente, o licitante/adjudicatário que:
- i. Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - ii. Apresentar documentação falsa;
  - iii. Deixar de entregar os documentos exigidos neste Pregão Presencial;
  - iv. Ensejar o retardamento da execução do objeto;



- v. Não manter a proposta;
- vi. Cometer fraude fiscal;
- vii. Comportar-se de modo inidôneo;

b. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

c. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- ii. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Palhano e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Palhano, pelo prazo de até cinco anos;

d. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- i. Advertência por escrito;
- ii. Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;
- iii. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- iv. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Palhano, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

e. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades:

- i. Advertência por escrito;
- ii. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);
- iii. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- iv. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Palhano, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a



Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

f. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

g. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

h. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

i. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Município de Palhano.

Palhano, CE, 24/11/2022.

  
**FRANCISCO ERIDILSON COSTA SILVA**  
Secretário de Saúde